

DÍVIDA EXTERNA

Bird avalia perda do Brasil com as duas moratórias

16 DEZ 1991

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON — As duas moratórias da dívida externa declaradas pelo Brasil para proteger suas reservas externas e manter a estabilidade interna tiveram um efeito oposto. Além disso, provocaram reações da comunidade financeira internacional que apenas agravaram os desequilíbrios da economia. A conclusão consta de análise do Banco Mundial (Bird) sobre os custos e efeitos das duas suspensões de pagamento de juros aos bancos internacionais realizadas pelo País entre fevereiro e novembro de 1987, e de julho de 1989 e dezembro de 1990. Ela consta do relatório Estatísticas da Dívida Mundial 1991-1992, divulgado ontem.

A conclusão dos economistas do Bird não contém nenhuma revelação extraordinária para os agentes econômicos, especialmente os exportadores e importadores, que sofreram mais diretamente o efeito do curto-circuito nas relações do País com seus credores externos. No momento em que a equipe econômica se empenha numa nova tentativa de normalização dos laços com a comunidade financeira internacional, a análise do banco oferece informações ilustrativas sobre o preço das duas confrontações que o País iniciou sem ter cêfice para bancar.

Os exportadores brasileiros perderam aproximadamente US\$ 5 bilhões em empréstimos para financiar as vendas de seus produtos. Os juros do crédito remanescente saltaram da faixa de 2%-3% para a faixa de 3%-6%, os prazos encolheram de 180-360 dias para 30-45 dias e os bancos abandonaram o financiamento pré-exportação e buscarem operações de menor risco. Embora seja difícil avaliar com precisão o impacto da redução das linhas de financiamento sobre o volume das exportações, os economistas do Bird afirmam que "muito provavelmente ele foi afetado". Traduzido, isso quer dizer que as empresas, obrigadas a gastar para exportar, encurtaram seus investimentos.

Com o acesso às fontes oficiais e multilaterais de crédito restringido por causa da moratória aos bancos, o governo foi forçado a queimar as divisas que deixou de pagar aos bancos no financiamento de bens e serviços, adquiridos em dinheiro vivo. Por coincidência ou não, a fuga de capitais se exacerbou a partir de 1987. "O impacto negativo dos atrasos de pagamentos nos fluxos de investimentos estrangeiros diretos foi substancial", informa o estudo, indicando que a retração pode ter tido, também, consequências negativas para o investimento doméstico. Embora o País tenha preservado uma posição invejável na década de 80 entre os principais beneficiários de investimentos externos (foi o terceiro, atrás do México e da China, com US\$ 16,2 bilhões), as aplicações diretas do capital externo de risco no Brasil não passaram dos US\$ 500 milhões.